

EM NO MÊS DE JANEIRO: 79597

## ÚLTIMA PÁGINA

o Cristóvão, 195-219 e delegação na Rua de Passos Manuel 23-25 — Tel. 381331 (PPC 10 linhas), Telexes 22226 e 22122. End. Teleg. NOTÍCIAS PORTO; S. Martinho — Tel. 22566, Telex 32106); COIMBRA (Av. Fernão de Magalhães, 240-1.º — Tel. 23238, Telex 13246); VIANA DO CASTELO (Av. dos REAL (Av. Carvalho de Araújo, 33-2.º sala D — Tel. 24112); ANADIA (Largo do Município, 12-1.º/D — Tel. 52489) e VISEU (Rua João Mendes, 72 — Tel. 24062)

**E**NTRE as excelentes análises da revolução portuguesa incluídas no número de Janeiro da revista francesa *Esprit*, é de muito interesse ler as dos drs. João Martins Pereira e Artur J. Castro Neves sobre os poderes populares e as suas relações com o poder político. Dois estudos que apontam para o que poderão ser os germes ou, melhor, os apoios, se retomados, de uma autêntica revolução cultural futura, animada por motivações mais variadas do que as predominantemente económicas de há quatro ou cinco anos. O mérito de ambos os estudos é o de valorizarem a movimentação espontânea de massas, se bem que João Martins Pereira nos previna de que dar o primado aos poderes (populares) sobre o poder (político) é uma atitude que «permite justamente ao poder, entre outras coisas, absorver nas suas sociedades avançadas estes germes «libertários» que se reclamam de espaços de liberdade».

Castro Neves, por sua vez, sobrevaloriza a independência, durante a revolução, do movimento popular, e não torna inteligível uma certa indução entre lutas diferentes, inclusive parcialmente contrárias, que leva ao reforço de umas e outras, uma vez que as lutas sociais se apoiam não apenas nas que intencionalmente as desejam apoiar, mas mesmo naquelas que, com um sentido diferente ou contrário, enfrentam os mesmos adversários. É um fenómeno de compreensão simples, que uma análise tão rica como a sua certamente pressupõe mas para o qual não encontrou linguagem, certo que, no seu estudo, se não libertou de algumas exigências ideológicas resultantes da sua opção (demasiado distintiva quando aplicada à revolução portuguesa) pelos poderes populares. É que as induções políticas, como todas as sobreposições de fenómenos, dificultam a subjectivação dos mesmos a que as abordagens ideológicas conduzem. Na linguagem ideológica, interessa sempre saber quem (indivíduo ou grupo ou classe) é o responsável, para lhe atribuir ou os méritos ou as culpas, quem é o proprietário da justiça ou do êxito, para lhe atribuir a posse efectiva daquilo que se disputa.

Castro Neves parece, no que escreveu, atribuir uma única cabeça às massas populares, como se as massas que desenvolveram as comissões de moradores e de trabalhadores e ocuparam as casas abandonadas e se apoderaram da gestão das fábricas e das grandes herdades, fossem exactamente as mesmas que, depois do 11 de Março, pressionaram um certo MFA no sentido das eleições para a Constituinte, ou como se tivessem que ser essas mesmas que não secundaram o apelo do MFA, no início da Primavera de 75, para o voto em branco. De certo ele sabe que não há perfeita coincidência, e assim se deve ler o seu texto, mas, então, este é equívoco, pois tolera uma forma verbal que pressupõe um único sujeito colectivo. Essa subjectivação das massas populares é mais evidente quando ele opina que «se em Portugal não houve «golpe de Praga» (o golpe comunista checoslovaco de 1948) não foi porque os socialistas e os social-democratas não quiseram jogar aqui o jogo kerenskiano, mas porque o poder popular, pela sua desobediência permanente, jamais se deixou apoderar pelos militares ou pelo PCP». Não nego a influência importante do fenómeno e tenho simpatia pelas intenções ideológicas do autor. Mas aponto o sofisma (além de contradição) de tornar



## PENSAR O POVO TAMBÉM NO PLURAL

Por NUNO TEIXEIRA NEVES

apenas como uma parte entre outras — a mobilização e organização relativamente espontânea de massas — o que foi um aspecto essencial da revolução, que não pode ser mais pensada independentemente daquela, já que foi, como Castro Neves o diz com ênfase, «o pilar da crise revolucionária que sacudiu a sociedade portuguesa». De onde: se é verdade que com a mobilização dos poderes populares, o PC não podia dar um «golpe de Praga», também é verdade que sem ela nunca poderia ter estado em condições de admitir que o poderia ter feito. Aliás, para que o PC e o MFA da esquerda estalinista se não viessem finalmente a apoderar do poder, o que só com as forças populares das fábricas, dos bairros, das herdades e das aldeias conseguiriam, é de crer que fossem mais determinantes as acções do PS, dos Nove e da direita, apoiadas por outras massas populares, do que pela resistência daqueles poderes de base. Julgo que, quando à revolução portuguesa, se deveriam evitar distinções muito nítidas, que se compreendem e são fecundas em Paris, onde se pode, melhor que em Portugal, destacá-las do Partido Comunista, mas que aqui destroem o entendimento de um todo e prejudicam a defesa e conquista de avanços que, por um lado, foram mais ousados e por outro, são menos seguros do que o que de semelhante tem havido na sociedade francesa, de onde esta revista nos vem, e na inspiração de cujos problemas, os nossos são, em parte, analisados.

Passemos à análise de Martins Pereira. Partindo da distinção de dois tipos de militância: a que serve os poderes populares e utiliza saberes concretos e locais e a que serve o poder político e utiliza um saber abstracto e geral, ele põe o problema da revolução em sociedades capitalistas avançadas, para a qual aponta a necessidade de uma organização política de tipo novo. Nesta, os militantes, «verdadeiros nós de articulação entre o poder e os poderes (um e os outros a conquistar) deverão ser capazes de surpreender constantemente as contradições ao nível da acção, relacioná-las entre si e ultrapassá-las, em vez de as esconder e de lhes aplicar receitas». Novos militantes que deverão ser capazes de reformular em cada momento o seu saber (teórico) em função dos saberes (concretos) que adquiram durante a acção. Eles seriam, pois,

elos de ligação bilateral e reelaboradora entre o saber abstracto e o poder político, por um lado, e os saberes concretos e os poderes populares pelo outro.

Pergunto apenas se o segredo da revolução futura na Europa Ocidental está predominantemente num partido de novo tipo ou predominantemente numa nova mentalidade revolucionária. No estudo de Martins Pereira continua a pensar-se em termos prevaletentes de unidade, ainda que de um modo notavelmente problematizador. Mas a ligação dos poderes ao poder e dos saberes ao saber terá que ser pensada predominantemente em função duma organização unitária que os garanta, ou pode ser uma função assumida, embora em graus diferentes de fidelidade e eficácia, por vários partidos de esquerda, ainda que um deles, não necessariamente o mais seguido pelas massas, possa tornar-se o modelo cultural dessa nova prática política?

Outra pergunta: a conciliação entre o poder e os poderes e entre o saber e os saberes terá que operar-se predominantemente no campo político, motor principal das transformações, ou terá que, deixando o campo político à evidência dos seus impasses, que só indirectamente seriam atenuados ou resolvidos, agir em vários outros planos, sobretudo no cultural e socio-cultural, provocando profundas transformações na mentalidade e nos costumes, talvez não tão globalmente recuperáveis (no sentido de inutilizáveis) pelo poder, como Martins Pereira afirma.

Mais importante, porém, para já e no nosso país, é sublinhar que Martins Pereira defende a autocritica dos militantes portugueses que — acrescenta — até hoje não fizeram nenhuma, estando prontos para cometer os mesmos erros. E é ainda importante saber que ele combate o pessimismo actual de muitos dos militantes de esquerda e que observa que «um imenso saber se acumulou na sociedade portuguesa», em consequência da Revolução de Abril, o qual deve ser recolhido para que se não esqueça e para que se desenvolva. Para, inclusive, que se façam estudos objectivos capazes de ajudarem a inventar a nova teoria revolucionária. Sobretudo, ele queixa-se da «dramática falta de instrumentos operacionais para tratar o problema crucial do comportamento das diversas camadas da pequena burguesia em situação revolucionária». Eis uma importante sugestão para estudantes de história e de sociologia. Uma revolução nem por ter fracassado (e nunca uma revolução fracassa por completo ou talvez, todas fracassem um pouco) deixa de continuar a ser estimulante.